



Proposta de Lei n.º 4/XV/1ª  
Aprova o Orçamento do Estado para 2022

Regime de Dedicção Plena

PROPOSTA DE ELIMINAÇÃO

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal apresentam a seguinte proposta de eliminação à Proposta de Lei n.º 4/XV/1ª – Aprova o Orçamento de Estado para 2022:

Artigo 38.º

Regime de dedicação plena

Eliminado.

Nota justificativa: A Iniciativa Liberal tem, como é público, enormes reservas à nova Lei de Bases da Saúde, aprovada pela Lei n.º 95/2019, de 4 de setembro.

Uma das inúmeras reservas que temos prende-se, também, com a previsão da implementação do regime de dedicação plena, previsto no n.º 3 da sua Base 29.

Acresce que este regime de dedicação plena nos estabelecimentos e serviços do SNS está previsto, também - e conforme assume o Governo - “no quadro do novo Estatuto do SNS a aprovar”. Portanto, pretende o Governo implementar um regime que, apesar de constar da Lei de Bases da Saúde aprovada em 2019, consta, também, de um novo Estatuto do SNS que - conforme o próprio Governo reconhece - ainda não está, sequer, aprovado.

Independentemente das sérias reservas que temos relativamente ao regime em si, consideramos que o Governo está a tentar percorrer o caminho ao contrário.

Deveria, primeiro, fazer aprovar o novo Estatuto do SNS e, só então, introduzir as determinações que livremente entender em sede de Orçamento do Estado para proceder às regulamentações necessárias à Lei de Bases da Saúde.



Mas, voltando ao regime de dedicação plena nos estabelecimentos e serviços do SNS, em si. A Iniciativa Liberal tem vindo a afirmar que discorda deste regime e, desde logo, porque tememos que possa ser um primeiro passo para a implementação do regime de exclusividade obrigatória, do qual discordamos frontalmente.

E, a ver pelas diversas reações têm vindo a público nos últimos meses, não somos os únicos a ter sérias reservas à dedicação plena, senão vejamos:

- O Prof. Adalberto Campos Fernandes (ex-Ministro da Saúde de um Governo PS), afirmou a este respeito:

“A dedicação plena, ou exclusiva, foi criada quando Leonor Beza era ministra da Saúde, num contexto de grande hostilidade com os médicos. Vivia-se uma guerra política mútua. A medida viria a ser eliminada pela ministra Ana Jorge. O Governo está, assim, a querer tomar uma medida abstrata num contexto totalmente diferente daquele que tiveram as ex-ministras Leonor Beza e Ana Jorge. Não alterei a decisão que tinha sido tomada por Ana Jorge. Tenho reservas sobre a sua utilidade. Está a negociar-se uma medida política de apoio ao Orçamento sem nenhum estudo que a fundamente. É meramente um impulso político. Sabemos que a evolução da resposta ou do desempenho é independente da dedicação. O Governo não pode esquecer-se que quer dar mais médicos num contexto com quatro milhões de portugueses com segundas e terceiras coberturas, por exemplo de subsistemas e seguros, e com um sector privado muito forte e com uma grande capacidade de recrutamento. Portanto, a dedicação plena vai aplicar-se a uma pequena parte dos médicos, apenas para os jovens que vão entrar, ou todos os médicos com atividade dual, o que neste caso, a acontecer, levará a uma fuga em massa. Além da falta de médicos para a atividade, haverá falta de especialistas para garantir a formação dos novos médicos. (...) O Governo está a dar um tiro contra a ideia de uma realidade corporativa, sobretudo dos médicos. Qualquer hospital privado vai pagar mais para atrair os profissionais que quer e o Serviço Nacional de Saúde vai ficar sempre a perder. Os médicos não gostam de amarras e a verdade é que não são elas que fazem aumentar a produtividade. A prová-lo está um estudo feito no NHS, o serviço de saúde do Reino Unido. Entre as conclusões está um melhor desempenho dos médicos com atividade dual, no sector público e privado. Já a decisão do Governo em avançar com a dedicação plena (não se sabe ainda com que modelo ou com que características) não tem justificação técnica. Não estou muito alinhado. Não tenho qualquer dúvida de que se trata de uma medida política de natureza tática e sem qualquer fundamento científico. (...)”;



- Segundo a Federação Nacional dos Médicos (FNAM) – que, note-se, até concorda com a dedicação plena, ou exclusividade: “isso em si é positivo, é uma medida que nós exigimos já há algum tempo”, mas as limitações previstas vão tornar esta medida “completamente inócua (...) Se vamos limitar a possibilidade da dedicação exclusiva a cargos de direção, em que medida isso vai contribuir para que os jovens médicos vão entrar em maior número ou se vejam valorizados para entrar no SNS?” “É um primeiro passo que não é despiciente”, mas “não terá nenhum impacto naquilo que será a atratividade para os médicos para o SNS, porque vai atingir um nível de carreira e uma faixa de médicos que não é com certeza aquela que está a abandonar o SNS. E, portanto, sendo por princípio algo que nós desejaríamos ver implementado, com estas limitações não vai ser minimamente eficaz, para além de que desconhecemos qual é a majoração, quais são as condições diferenciadas para quem opte por ficar em dedicação exclusiva no SNS”;
- O Presidente da Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares (APAH) também foi muito claro:
 

“[A dedicação plena] Não tem aumento da atividade e, por isso, foi abandonada em 2009 pela ex-ministra Ana Jorge. O trabalho e a remuneração têm de ser baseados no desempenho e os hospitais têm de poder reajustar os salários. Temos uma rigidez ideológica que não oferece instrumentos diferenciadores. As novas gerações valorizam a flexibilidade e as condições de trabalho, que não conseguimos oferecer. O SNS subcontrata serviços aos mesmos médicos a quem não quis pagar mais. Os € 1.700 que o SNS paga a um radiologista são ganhos em três dias no privado a fazer exames pedidos pelo SNS”;
- O Dr. Manuel Delgado (ex-Secretário de Estado da Saúde de um Governo PS) questionou e advertiu:
 

“A mais emblemática [medida do Orçamento do Estado na área da Saúde], mas que não vem nem quantificada nem temporalmente prevista, prende-se com o exercício profissional em dedicação plena. Não se percebe o que é que o governo quer significar com o conceito, que terá que ser definido e densificado, para percebermos o seu impacto. A ideia da Ordem dos Médicos e dos sindicatos é que aquele conceito é sinónimo de um estatuto profissional de exclusividade, de opção livre de cada profissional e com uma remuneração acentuadamente acrescida face à atual. Nada de mais errado e contraproducente. Esperemos



que o governo rapidamente esclareça o que pretende.”

Face ao exposto, e por considerarmos que o regime de dedicação plena não é o caminho para se alcançar maior produtividade, mais eficiência na resposta, maior acesso, nem mais qualidade na prestação de cuidados de saúde, a Iniciativa Liberal pretende eliminar este artigo do Orçamento do Estado.

Palácio de São Bento, 9 de maio de 2022

Os Deputados da Iniciativa Liberal:

Joana Cordeiro

Carla Castro

Bernardo Blanco

Carlos Guimarães Pinto

João Cotrim Figueiredo

Patrícia Gilvaz

Rodrigo Saraiva

Rui Rocha